

É na Luta que a Gente se Encontra!

Tese da Kizomba ao 57º Congresso da UNE

1) Apresentação e Histórico da Kizomba

20 Anos de Luta!

A Kizomba é um movimento de juventude organizado nacionalmente que completa 20 anos construindo uma nova cultura política orientada para a luta democrática, socialista, feminista, antirracista, antiproibicionista e antiLGBTfóbica. Somos vozes de diversas regiões do país que acreditam em um projeto político democrático e popular. Estudantes, mulheres, negras/os, indígenas, jovens do campo e da cidade, LGBTs e trabalhadores/as que tem como objetivo maior fazer da universidade um verdadeiro instrumento de transformações sociais.

Nascemos em 1999 como uma tese organizada por estudantes do Brasil inteiro para o 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), eram tempos de resistência ao neoliberalismo e as medidas privatizantes do governo FHC. Buscávamos chacoalhar o Movimento Estudantil, muito quadrado e verticalizado, e propor uma nova cultura política que tratasse os estudantes como sujeitos de suas lutas e colocasse a UNE em contato com as suas bases com mais abertura, democracia e irreverência. Nosso nome provém do samba-enredo “Kizomba, Festa da Raça” que contava a resistência dos quilombos, de zumbi e do povo brasileiro e havia conquistado o título do carnaval carioca de 1988 pela Vila Isabel.

Nascemos resistindo ao Neoliberalismo!

Fomos parte do processo de resistência à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que visava consolidar o domínio dos EUA sobre as economias latino-americanas, nos juntamos aos povos tradicionais na crítica às comemorações oficiais dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil que apagavam a dominação, opressão e exclusão daqueles que são a base da sociedade brasileira e organizamos uma resposta a ausência de alternativas imposta pelo capitalismo global com a construção do Fórum Social Mundial e a perspectiva de “um outro mundo possível”, um mundo que se organizasse a partir de uma globalização muito diferente da que a ONU e o FMI propunham, mas sim pelos valores de solidariedade e autodeterminação dos povos.

Essa resistência culminou com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, junto a outros governos progressistas em nosso continente. Pela primeira vez na história o povo esteve no poder e conquistamos uma maior redistribuição de renda através de políticas como o aumento real do salário mínimo, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e a reorientação das políticas públicas para os mais pobres.

Na luta por mais investimentos e pela popularização da educação!

No campo educacional, fomos parte da luta por mais investimentos através da aprovação da destinação dos recursos do Pré-Sal para Saúde e Educação, a elaboração do

Plano Nacional de Educação (PNE) que destinava 10% do PIB para o setor, a criação do Piso Salarial para os professores e do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica. Conquistamos também a expansão e interiorização do ensino superior, assim como a sua popularização através da Lei de Cotas, do ENEM/SiSU, do PROUNI e da criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Mulheres, Negros/as e LGBT

Em nossa trajetória, apresentamos a centralidade da luta auto organizada das mulheres, negros/as e LGBTs para a construção de uma nova sociedade. Assim, em um momento em que esses debates eram infelizmente ainda vistos como “secundários” pelo movimento tradicional, impulsionamos a criação de coletivos de mulheres, negros/as e LGBT pelo Brasil afora, constituímos as diretorias de mulheres, combate ao racismo e LGBT da UNE e começamos a construção do Encontro de Mulheres Estudantes (EME), a partir de 2005, e do Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE (ENUNE), a partir de 2007.

Resistência à contra-revolução neoliberal

Disputamos as ruas em Junho de 2013 na luta pela Reforma Política, Democratização dos Meios de Comunicação, Desmilitarização das Polícias e pelo Passe-Livre! Pautamos para o governo Dilma um programa de enfrentamento com “Mais Mudança, Mais Democracia, Muda Mais!” e estivemos na crítica à tentativa de acomodação e a política de cortes com a palavra de ordem “Fora Levy!”.

Vivemos dias que valem por anos. A partir dessa época, abriu-se um novo período na história com maiores confrontos e a ascensão de uma direita que rejeita até mesmo os valores democráticos para voltar a aplicar seu programa neoliberal. No mundo inteiro, o avanço do neoliberalismo e do conservadorismo buscam retirar direitos duramente conquistados, ampliar a exploração do trabalho pelo capital e reforçar as estruturas racistas e patriarcais do sistema capitalista.

No Brasil, estivemos na luta contra esse avanço denunciando e lotando as ruas contra o Golpe de 2016, que retirou a legítima presidenta eleita Dilma Rouseff através de um impeachment sem qualquer base legal e contra a prisão injusta e sem provas de Luís Inácio Lula da Silva. Esse cenário abriu caminho para o regime ilegítimo de Michel Temer e para a eleição de Jair Bolsonaro que, embalado por um discurso ultraconservador, representa um aprofundamento do programa anti-povo e neoliberal de Temer.

Estivemos e sempre estaremos nas ruas contra a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a redução dos investimentos públicos nos serviços básicos, o aumento do autoritarismo e da repressão policial, a corrupção endêmica do sistema capitalista e qualquer medida que vise retirar direitos duramente conquistados pelo povo brasileiro.

Nos somamos a todos os estudantes brasileiros que nos dias 15 e 30 de Maio lotaram as ruas contra os ataques à educação e construímos junto às centrais sindicais a grande greve geral que parou o Brasil no dia 14 de Junho contra a Reforma da Previdência!

Buscamos uma outra sociedade, que seja radicalmente igualitária e pautada por um socialismo enraizado em valores feministas, negros, LGBTs, democráticos e de uma relação não exploratória e mercantil com a natureza e os bens comuns.

Isso é um pouco da nossa história, que está permanentemente em construção por gerações e gerações de jovens Brasil afora. Se você se identificou, vem com a gente construir mais um pedacinho e ser parte dela! Afinal, é na luta que a gente se encontra!

Samba Enredo Vila Isabel 1988 **Kizomba, Festa da Raça**

Valeu Zumbi!
O grito forte dos Palmares
Que correu terras, céus e mares
Influenciando a abolição

Zumbi valeu!
Hoje a Vila é Kizomba
É batuque, canto e dança
Jongo e maracatu
Vem menininha pra dançar o caxambu

Ôô, ôô, Nega Mina
Anastácia não se deixou escravizar
Ôô, ôô Clementina
O pagode é o partido popular

Sacerdote ergue a taça
Convocando toda a massa
Neste evento que congraça
Gente de todas as raças
Numa mesma emoção
Esta Kizomba é nossa Constituição

Que magia
Reza, ajeum e orixás
Tem a força da cultura
Tem a arte e a bravura
E um bom jogo de cintura
Faz valer seus ideais
E a beleza pura dos seus rituais

Vem a Lua de Luanda
Para iluminar a rua
Nossa cede é nossa sede
E que o apartheid se destrua

2) Movimento “É na Luta que a Gente se Encontra!” rumo ao 57º Congresso da UNE!

Quando a conjuntura se acirra e a contra revolução neoliberal se concretiza por todo o mundo, é hora de reinventar, de reafirmar com mais força do que nunca que uma nova cultura política se faz necessária. O resgate de nossas tradições mais antigas, da sábia ancestralidade negra e indígena, que mergulhe na força e solidariedade das mulheres e na potência da diversidade do nosso povo é urgente para enfrentar os desafios do porvir.

É com esse espírito que a Kizomba lançou na BIENAL da UNE o movimento “É na luta que a gente se encontra!”, rumo ao 57º Congresso da UNE. Convocamos estudantes de todo o país, coletivos locais organizados e toda a juventude brasileira a se somar ao movimento, para que seja a UNE o instrumento a reencantar jovens pelo país inteiro para a luta cotidiana, defender a educação pública, gratuita e socialmente referenciada, além da liberdade de cada um e cada uma.

Nossa tarefa histórica é contar a história que a história não conta, fazendo a festa da raça – como faziam nossos ancestrais ao chegarem nos quilombos. Um ato de resistência nas universidades e na UNE. É fazer de nossas práticas sistemicamente livres do machismo, do racismo e da LGBTfobia, recusar o sectarismo, a burocracia e os privilégios no seio das organizações e entidades.

Para que a UNE esteja a altura dos nossos desafios e seja um espaço de construção concreta da unidade na resistência popular, para retomar no Brasil tempos de maior emancipação:

É na Luta que a gente se encontra!

Samba Enredo da Mangueira 2019 **História pra Ninar Gente Grande**

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde e rosa, as multidões

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu

Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

3) Conjuntura Internacional

O Neoliberalismo e sua crise

Vivemos um período difícil, explosivo e instigante da história da humanidade. Assistimos desde a crise de 2008 o colapso da hegemonia neoliberal no mundo e o surgimento de alternativas da extrema-direita.

Consolidado pela queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, o neoliberalismo apresentava um mundo onde não existiriam alternativas à tecnocracia do mercado e às instituições burguesas. Sob os seus preceitos, assistimos desde a década de 90 a um avanço do capital financeiro sobre a vida das pessoas e um processo de ampliação das desigualdades no mundo inteiro.

Com a crise de 2008, ficou nítido que o neoliberalismo era incapaz de dar soluções para os anseios de uma população cada vez mais pauperizada e desprovida de direitos. No entanto, parte significativa da esquerda mundial havia se aproximado do liberalismo com projetos como a “terceira via” e uma incapacidade de pensar a economia para além da ortodoxia liberal.

No vácuo deixado pela incapacidade de muitos setores da esquerda em dar resposta a essa profunda insatisfação popular, surgem por todo o mundo alternativas de extrema-direita, resgatando fantasmas que todos acreditávamos estarem bem enterrados nos livros de história. Essa extrema-direita desafia a tradição liberal, questionando as instituições burguesas e recupera valores ultra-conservadores enraizados por séculos de dominação para obter fins político-eleitorais através da canalização do ódio. Dessa forma, assistimos à eleição de Donald Trump nos EUA, de Bolsonaro no Brasil, assim como ao recrudescimento da violência no mundo árabe e à ascensão de partidos ultranacionalistas, anti-imigração e contra a União Européia em toda a Europa.

As veias abertas da América Latina

Na América Latina, esse processo se deu com distintas nuances. Após mais de uma década marcada por governos populares de esquerda que atrelaram participação popular e redução das desigualdades sociais, as tradicionais elites buscaram se aproveitar da crise de 2008 e seus efeitos para retomar o controle dos países da região e voltar a se alinhar com a política externa e os ditames dos Estados Unidos.

Para isso, lançaram mão de inúmeras ferramentas como a guerra econômica através do aumento de preços de produtos essenciais e da tentativa de quebrar o orçamento dos países

com “pautas bombas”, a guerra judicial com ferramentas como a Operação “Lava Jato” e suas extensões pelos países latino-americanos, a retomada política de setores ligados às ditaduras que mancharam o continente de sangue no século XX e a guerra híbrida, materializada pelo ataque midiático e pela mobilização através de “movimentos sociais” financiados por grandes empresas e institutos internacionais.

Essa extrema-direita se mostra distinta do modelo tradicional por sua raiz ainda mais elitista e por sua aberta defesa de uma forma ainda mais dura de neoliberalismo econômico, enquanto sustenta uma pauta ultra-conservadora em todo o resto. Onde não foi capaz de chegar ao poder pela via eleitoral, não tiveram nenhum pudor de romper com a democracia e derrubar governos através de golpes.

“Nas veias abertas da América Latina
Tem fogo cruzado queimando nas esquinas
Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil
Se a justiça é cega, a gente pega quem fugiu”
Sulamericano - Baiana System

4) Conjuntura Nacional

**“Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta”**

No Brasil, esse processo é marcado pelo golpe que derrubou a legítima presidenta eleita Dilma Rousseff através de um impeachment ilegal em 2016. Desde sua eleição em 2014, a elite político-econômica brasileira buscava formas de puxar o tapetão e impugnar a vitória nas urnas. Para essa elite, era inaceitável a continuação de um projeto popular iniciado por Lula que pela primeira vez na história do país governava olhando para os mais pobres.

Foram implementadas medidas sociais como o aumento do salário mínimo real, o Bolsa Família, Luz para Todos e “Minha Casa Minha Vida”. Arelado a isso, ampliam-se os recursos para saúde e educação e o Brasil passa a adotar uma política externa ativa e ativa, sabendo falar manso com os vizinhos, mas grosso com os EUA. Vimos o Brasil crescer com redução das desigualdades e garantia de direitos, se tornando respeitado mundialmente.

Esse processo é interrompido com o golpe de 2016, alimentado pelo uso político da Operação Lava Jato, por organizações como o “MBL” financiadas por empresas e instituições estrangeiras e pela volta de setores que defendiam a Ditadura Militar.

É posto no poder o golpista Michel Temer, que aplica um programa abertamente neoliberal, com a aprovação da Reforma Trabalhista e a EC 95, que aplica um teto de investimentos em saúde e educação pelos próximos 20 anos, indo de encontro à lógica da própria Constituição. Mesmo batendo todos os recordes de impopularidade, com sua aprovação chegando a míseros 4% e rejeitado por 78% dos brasileiros, a elite sustentou a

continuação até o fim do seu governo ilegítimo, marcado por escândalos de corrupção e projetos anti-povo.

O avesso do mesmo lugar

Após o completo fracasso do governo Temer, as elites brasileiras se dão conta de uma ameaça iminente ao seu projeto anti-popular: em contraposto ao desemprego e recessão que as políticas neoliberais do governo mais rejeitado da história do país, o povo se lembra bem dos anos de crescimento econômico com redução das desigualdades e garantia de emprego que marcaram o governo do presidente mais bem avaliado da história: **Luís Inácio Lula da Silva**.

Diante disso, usam para Lula a máxima que usaram para derrubar Getúlio Vargas e João Goulart: esse homem não pode ser candidato; se candidato não pode ser eleito; se eleito não deve tomar posse; se tomar posse não deve governar.

E assim o foi: iniciou-se um pesado processo jurídico e midiático para impedir que Lula fosse candidato culminando com um julgamento às pressas, uma condenação sem provas e uma prisão antes que seu processo fosse concluído. Mesmo preso, Lula continuava liderando as pesquisas até o momento que seu nome foi retirado pela justiça eleitoral. A campanha por **Lula Livre!** ganhou dimensões globais, mobilizando o povo brasileiro e recebendo apoios de grandes lideranças do mundo inteiro - ainda assim, Lula foi mantido preso e o povo não pode escolher seu candidato favorito.

No último mês toda a farsa política e eleitoreira da Operação “Lava Jato” foi revelada. O site The Intercept Brasil revelou uma série de conversas entre o Juiz Sérgio Moro e membros do Ministério Público, principalmente Deltan Dallagnol - o mesmo que fez a pirotecnia judiciaisca com o PowerPoint sobre Lula. Sempre soubemos que essa operação era única e exclusivamente uma estratégia da elite neoliberal e ultraconservadora brasileira para tirar Lula da disputa eleitoral, mas agora isso fica mais escancarado para todo Brasil e todo o mundo, fortalecendo nossa narrativa de que vivemos um grave processo de fraude eleitoral e que o governo Bolsonaro não é legítimo aos interesses da maioria do povo Brasileiro!

Tem sangue retinto pisado

Atrás do herói emoldurado

Mesmo com a prisão de Lula, primeiro colocado nas pesquisas, Geraldo Alckmin, o candidato favorito da burguesia brasileira não decolava. Surge então um “herói” improvável, Jair Bolsonaro: militar da reserva preso por insubordinação, deputado federal por 27 anos com apenas 2 projetos aprovados e um séquito de seguidores que vão desde fundamentalistas religiosos, militares saudosistas da ditadura e jovens inflamados pelo ódio a tudo que é diferente.

É necessário que não tenhamos medo de questionar a legitimidade do governo de Bolsonaro. Ele foi eleito em uma eleição cujo principal concorrente foi preso e teve a candidatura retirada injustamente a partir da política operação “Lava Jato”, sua campanha foi financiada ilegalmente por empresas e sustentada por fake news, sua família possui ampla

ligação com a milícia e sua permanência no poder se dá passando por cima dos Direitos Humanos.

Seu governo é marcado pela preponderância de quatro setores: um primeiro ligado ao mercado detém posições neoliberais e comanda a política econômica a partir do ministro Paulo Guedes. O segundo são os militares que comandam uma política pseudo-nacionalista e rememoram ecos da ditadura. O terceiro são os fundamentalistas religiosos e os “Olavistas”, uma grupo de aberrações obscurantistas que comandam uma cruzada ideológica contra tudo que for diferente da sua “tradição moral”. Por fim, um quarto ligado aos setores do judiciário e da Lava Jato, marcado por Sérgio Moro, que após usar politicamente seus poderes de juiz através da Lava Jato para prender Lula e garantir a vitória de Bolsonaro, ganha, em retribuição pelos “bons serviços prestados”, o Ministério da Justiça. Como se não estivesse escancarado o suficiente a parcialidade da prisão do presidente Lula, as bombas divulgadas pelo The Intercept têm tornado praticamente inquestionável a relação do super ministro com Deltan Dallagnol e a farsa da Lava Jato. Gritar Lula Livre é cada vez mais urgente e necessário, pois a liberdade do presidente é parte fundamental para a retomada da normalidade democrática no país.

O completo despreparo de Bolsonaro enquanto presidente é demonstrado já nos primeiros momentos do governo: se assomam denúncias graves de corrupção contra si, seus filhos e seu partido, fazendo seus ministros e os setores de apoio ao seu governo entram em constante conflito e o governo assumir um caráter errático, entrando em confronto com a sua própria base de sustentação. Seu principal projeto, a Reforma da Previdência, é rejeitado pela maior parte da população que não quer perder seus direitos e trabalhar até morrer.

Três razões concorrem então para uma dinâmica de crescente rejeição: a principal delas é a continuidade e o agravamento da crise econômica e social que corrói o seu apoio nas áreas populares. Não há perspectiva de geração de emprego. A segunda é a perda rápida da falsa imagem de adversário implacável da corrupção, com uma série de escândalos envolvendo-o diretamente e à sua família, incluindo uma relação de intimidade com grupos profissionais de extermínio, contrabando de armas e controle de áreas de tráfico, e milícia, tendo inclusive relação com os acusados pelo brutal assassinato da vereadora Marielle Franco. Por fim, as lutas sociais demonstram capacidade de mobilização e resistência, impondo mais limites a já manifesta incapacidade do governo Bolsonaro.

Contra-atacar, contra-atacar

Eu vou traçando vários planos

Pra poder contra-atacar

Esse aumento da rejeição não necessariamente significa a queda do Governo Bolsonaro. Pelo contrário, caso não seja seguida de um aprofundamento da organização política da classe trabalhadora pelos setores da esquerda e uma ação conjunta e contundente de oposição, a instabilidade do governo Bolsonaro pode levar a saídas ainda mais autoritárias seja pela via militar, judiciária ou fundamentalista. Eles já demonstraram que não possuem nenhum apreço pela democracia e podem fazer de tudo para se manter no poder e aplicar o seu projeto.

Nesse sentido, é fundamental que a esquerda aproveite a experiência dos anos de atuação da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo para constituir uma grande Frente Democrática e Popular para definir uma alternativa para o país. Devemos afirmar que a questão democrática central é a construção da unidade da classe trabalhadora e da maioria do povo e a recuperação da confiança nas suas próprias forças para defender seus direitos imediatos e ousar lutar por um futuro que valha a pena. O centro programático desta frente é a combinação da defesa da democracia e dos direitos sociais intensamente atacadas pelas políticas e reformas econômicas neoliberais. É através da luta por seus direitos fundamentais que o povo aprende o valor da democracia.

A construção de uma frente democrática e popular deve partir da memória da ampla frente de mobilização social e partidária pela rejeição de Bolsonaro, pela eleição de Haddad/Manuela no segundo turno das eleições presidenciais de 2018 e pela experiência de unidade que as mulheres têm construído tanto nos 8 de março, quanto para não retroceder em seus direitos, como foi no Fora Cunha e no Ele Não . Neste mesmo sentido, ela deve incluir no seu centro a luta pela liberdade de Lula, com a crítica ao punitivismo do judiciário, e a exigência do esclarecimento dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, para desmontar o aparelho criminoso das milícias que aparentam ter forte relação com a família Bolsonaro.

Essa Frente deve defender partir de um ponto de vista feminista, antirracista e anti-LGBTfóbico, expressando a centralidade da luta pelos direitos das mulheres, do povo negro e LGBT, sem jamais abrir mão dos acúmulos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A luta pela igualdade, pela liberdade, pela reforma agrária e contra todo tipo de opressão e são parte essencial da luta pelos direitos sociais e direitos da classe trabalhadora.

Em contraponto às medidas de austeridade, cabe à frente democrática e popular ir construindo, alternativamente, propostas que criem, de forma estratégica, um novo horizonte de desenvolvimento econômico e democratização. Só assim acumularemos forças suficientes para não apenas derrotar Bolsonaro, mas recuperar hegemonia social e levar o Brasil a um novo ciclo de vitórias populares.

5) A educação superior no governo bolsonaro

Neoliberalismo e sua agenda educacional

Na atual cena política, passamos por um período em que cada vez mais o neoliberalismo se pretende universal. Se décadas atrás a geopolítica global apresentava um conjunto de países produzindo alternativas à receita capitalista, com o enfraquecimento deste outro polo, o que se nos apresenta é a narrativa da vitória do capitalismo e impossibilidade de sua superação. Não restaria, portanto, opção aos Estados e indivíduos senão adequar-se e executar com excelência o modelo neoliberal.

Evidente que a universidade – pública ou privada – não escapa a este contexto. Sob esta lógica, ela deve não só formar a mão de obra exigida pelo mercado, mas ser, ela mesma, uma empresa: captar recursos de grandes corporações para seu financiamento, valorizar-se no mercado, sem falar na cobrança empresarial por desempenho de produção acadêmica e científica, que adocece estudantes, docentes, servidoras e servidores nos bancos da academia. Além disso, insere-se cada vez mais no domínio da financeirização, onde prevalece a dinâmica das franquias e corporações internacionais. O valor do conhecimento confunde-se, então, com o valor de mercado.

Este modelo, porém, encontra obstáculo na ideia de universidade como bem comum, socialmente referenciada e direito de cidadãos e cidadãs, fomentada nos governos Lula e Dilma no Brasil através da ampliação do acesso, do investimento público, da cooperação sul-sul (na UNILAB e UNILA, por exemplo), da valorização dos saberes populares e camponeses, dentre tantas outras políticas implementadas neste período. Nesta perspectiva, o ambiente universitário se torna mais fértil ao desenvolvimento de conhecimentos críticos e independentes e, portanto, incompatíveis com a “ausência de alternativas” anunciada pela racionalidade neoliberal. Além disso, a universidade historicamente contribuiu para a construção de um projeto nacional, confrontando assim, a lógica internacional da financeirização do conhecimento.

A eleição de Bolsonaro e os ataques a educação

No Brasil, o governo Bolsonaro já deu sinais de que não medirá esforços para implementar por completo a agenda do neoliberalismo no país. Não à toa, os ataques têm se dado em duas frentes. A primeira trata-se de asfixia orçamentária das universidades públicas, dando sequência ao programa de Temer e favorecendo o setor privado. Além de manter a EC 95, o ministro da economia Paulo Guedes defende a desvinculação dos recursos no orçamento, ou seja, retirar a exigência de destinação de percentual mínimo para a educação. Vale ressaltar que a irmã do economista, Elizabeth Guedes, empresária do setor de educação e presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), defende que o ensino superior não seja responsabilidade do MEC.

Uma segunda frente de ataque às universidades públicas tem sido direcionada à sua autonomia. A chamada “doutrinação marxista” (além das *fake news* absurdas direcionadas ao MEC dos governos petistas, veiculadas durante a campanha eleitoral) não sai dos discursos do presidente e de seu *staff*. Com isto, intensificam a perseguição a docentes e cerceiam o desenvolvimento do pensamento livre e crítico na academia. Circulam ainda propostas de alteração do critério de escolha das reitorias das universidades federais, de forma a ampliar a intervenção direta do governo, fragilizando os processos eleitorais internos. O ministro da educação indicado por Olavo de Carvalho, Ricardo Velez Rodriguez, em seu discurso de posse, deu o tom do que vem por aí nos próximos quatro anos: defensor da ditadura militar e da escola sem partido, definiu como tarefa central “combater o marxismo cultural presente nas instituições de ensino”.

O novo ministro Abraham Weintraub segue a mesma linha ou ainda pior, este afirma com convicção que os comunistas estão no topo do poder institucional, além de seu marcante pronunciamento em que chama as universidades de balbúrdia, criminaliza os movimentos sociais, censura através de cortes e, posteriormente, impede a UNE e a UBES de se pronunciarem em Brasília. Uma das primeiras ações do ministro foi aplicar cortes de mais de 30% a toda a educação e chamá-los de “contingenciamento”, como se não pudéssemos sentir o impacto da redução do orçamento nitidamente no nosso dia a dia, não à toa os estudantes e todo o movimento educacional têm se levantado nas ruas para dizer não a estes ataques absurdos e anti democráticos.

O papel da UNE e do movimento estudantil no enfrentamento ao governo

É neste cenário que a UNE tem a tarefa de organizar a resistência estudantil dentro e fora das universidades. Para isso, é fundamental encantar para a luta política aqueles e aquelas que puderam acessar o ensino superior no último período e não querem perder os seus direitos; que começaram a ver suas vidas transformadas e tiveram a possibilidade de sonhar e ter esperança a partir de um projeto educacional democrático e socialmente referenciado. É fundamental não perder de vista a necessidade de construir um programa para a educação que queremos, sem abrir mão da assistência estudantil de qualidade, democracia, autonomia universitária e mais investimentos. Para isso, não há mediação possível com este governo.

Para dar conta desta tarefa, o EME, ENUNE e Encontro LGBT da UNE têm cumprido um papel fundamental sobretudo na mobilização e proposição de debates militantes nas diversas áreas de atuação, evidenciando a centralidade dos sujeitos mais atacados por este desgoverno serem agentes de sua própria luta política e emancipação. Além disto, o resgate do papel do CONEB veio num momento mais do que nunca necessário. Não por acaso, a Kizomba – que completa 20 anos em 2019 – reivindicou a criação deste fórum e apontou a centralidade de sua retomada, desde a sua desarticulação.

É através do CONEB que a UNE dialoga com as entidades de base, expressando da melhor forma a capacidade do movimento estudantil de estabelecer diálogos entre os anseios libertários da juventude e uma educação emancipadora, a partir das demandas cotidianas e concretas de estudantes. Este Conselho dá sentido prático à construção de hegemonia, além de ampliar a legitimidade e força da entidade junto às representações de base, desde que supere a dinâmica de contagem de crachás e se proponha a, de fato, construir um programa junto à base estudantil. É central, ainda, que este programa esteja à altura das demandas estudantis e seja articulado com o movimento educacional como um todo (trabalhadoras e trabalhadores, representação de reitorias e sindicatos). Desta forma, é possível trazer esta turma para enfrentar o governo Bolsonaro e tornar fértil o debate de construção de alternativas no sentido da universidade e sociedade mais iguais e justas, afinal, é na luta que a gente se encontra!

Assistência estudantil e a garantia de uma universidade plural e libertadora

O real conceito de universidade está diretamente ligado ao sentimento de libertação da mente, um espaço que promove além da teoria acadêmica, diversas experiências que auxiliam na formação de cidadãos e cidadãs que se posicionem enquanto ser coletivo na sociedade e compreendam sua responsabilidade neste mundo. Para que essa universidade exista na vida das pessoas, é necessário que exista luta para que ela não se torne apenas operacional, uma máquina de formação de mão de obra para o capital, é preciso torná-la mais humanizada e acessível.

Entretanto, a universidade não se conciliou à realidade de muita gente, principalmente aqueles que estavam diretamente ligados em um ciclo de pobreza, opressão e precarização da vida. Sendo assim, a universidade no Brasil era limitada para um número pequeno e privilegiado de pessoas e, ao longo de muitos anos, estudantes se organizaram e reivindicaram além da entrada na universidade, a permanência ao longo de sua graduação.

Para termos um aparato histórico, a partir de 1928 temos relatos da primeira política de assistência estudantil, porém ainda uma realidade bem distante do que desejavam jovens estudantes brasileiros. Em 1937 surgiu a União Nacional dos Estudantes – UNE, no Rio de Janeiro, no seio da Casa do Estudante do Brasil, na luta por mais condições de moradia, assistência e passe livre estudantil, ou seja, a história da UNE se confunde diretamente com a luta por permanência estudantil.

Contudo, foi só após 2003 com a inclusão de diversos programas federais que garantiam o acesso da juventude mais pobre na universidade que houve uma séria aplicação das políticas de permanência para que questões como gênero, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior.

O entendimento geral foi de que as desigualdades de acesso à estruturação econômica, cultural e social resultam em necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos. Sob essa análise, em 2008 foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma conquista fruto da luta coletiva do movimento estudantil, docentes e do governo federal, na época representado na figura do presidente Luiz Inácio Lula Da Silva. O PNAES foi um marco na vida da juventude que agora além de ter seu acesso garantido ao ensino superior, poderia permanecer até se formar, mesmo que com muitas limitações ainda permanentes.

Tudo o que estava sendo conquistado sofreu um duro golpe com as ações de desmonte educacional de Michel Temer. O ex-presidente ilegítimo foi o arquiteto de diversos retrocessos nas pautas educacionais e seguia uma linha de corte em investimentos, dentre elas as políticas que garantiam a permanência da classe mais pobre na universidade. É válido ressaltar que Michel Temer foi o criador da EC 95 aprovada pelo congresso, que congela investimentos na educação por 20 anos.

Chegamos agora em 2019, e não tem se tornado difícil ver jovens que eram os primeiros de suas famílias a entrarem no nível superior desistindo ou impossibilitados de concluir essa etapa da vida. Jair Bolsonaro sempre mostrou seu interesse em agradar o capital internacional, existindo então a real possibilidade de privatização da universidade pública, o

que faria uma verdadeira varredura em todas as políticas de assistência estudantil conquistadas por muitos anos de luta.

Desde moradia, alimentação, transporte, acessibilidade digital, assistência à saúde, tudo isso já vem sendo retirado, mas a privatização praticamente erradica o sonho de ter a garantia da permanência na universidade efetivada. Uma preocupação que transcende os muros da universidade: o número de depressão, ansiedade e diversos problemas que assolam a juventude tem as retiradas desses direitos como fator extremamente agravante, um fator que pouco preocupa Jair Bolsonaro que até o momento utiliza de debates rasos para justificar a precarização do nível superior através de seu mandato como presidente.

Para concluir, é importante refletirmos o importante papel dos estudantes para resistir, infelizmente apenas o ato do jovem pobre de seguir permanecendo na universidade se esmera como um ato de resistência, já que o primeiro ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que “a ideia de universidade para todos não existe” e que as vagas do ensino universitário devem ficar reservadas apenas à “elite intelectual”. Porém, a luta pela defesa da educação, plural, diversa, não sexista, racializada, laica, popular, de qualidade e gratuita não é de hoje, seguimos nela para não retrocedermos e resistência tem sido o sobrenome de todo jovem que vem se atentando e se organizando para o enfrentamento nos próximos anos.

6) A centralidade da luta das mulheres no próximo período

A luta das mulheres é um pilar fundamental na construção de uma sociedade libertária, socialista e no enfrentamento ao neoliberalismo conservador. A participação feminista nas mobilizações populares do último período, principalmente a partir da última Marcha das Margaridas, em 2015, que potencializou a resistência a Eduardo Cunha e ao golpe que se materializaria em 2016, demonstra o caráter central que a oposição ao capitalismo tem na luta contra o patriarcado. Acreditamos que construir o feminismo é enfrentar o conflito que o capital coloca contra as nossas vidas, é enfrentar as estruturas racistas, colonialistas e heteronormativas, construindo, assim, um movimento que denuncie as agendas neoliberais através da mobilização do povo.

Vivemos um período de ataques às mudanças que construímos recentemente, os direitos conquistados vem sendo atacados por uma ofensiva de retrocessos. Se vivemos um período de organização para ampliação de direitos e políticas públicas, nos organizamos hoje na resistência a medidas que aprofundam a retirada de muitos destes direitos. Estes ataques generalizam a precariedade da vida e tornam algumas destas vidas descartáveis para o sistema.

Vemos que a organização dos movimentos populares, sociais e sindicais está sendo criminalizada e o ódio à classe trabalhadora, o racismo, a misoginia e o conservadorismo são elementos que organizam o discurso de grande parte da população brasileira, em sua diversidade, inclusive nos setores populares, que são a sustentação desse país e desse sistema.

Na medida em que discussões e propostas como a da reforma trabalhista, a criminalização do aborto em casos de estupro, a configuração de um ministério pautado em crenças religiosas e a escola sem partido são colocadas como centrais de uma política, temos um aprofundamento da onda conservadora sobre os corpos e as vidas das mulheres.

É preciso entender que a organização da sociedade capitalista se pauta em um retorno a aspectos violentos, entre eles a degradação das mulheres como condição essencial para continuidade do capitalismo em qualquer época, para que se continue subordinando a vida à produção de lucro. Esse ponto, hoje, no sistema neoliberal, agudiza-se num cenário de uma sociedade fundada no trabalho e no lucro: há quem trabalha e quem lucre. Porém não se faz possível pensar nessa organização estrutural sem pensar em gênero, na divisão sexual do trabalho, e em raça, com a divisão racial e social do trabalho, como elementos centrais na configuração de quem está do lado do lucro e quem está do lado do trabalho. O feminismo que construímos nesse momento precisa mais do que mudar esta relação, precisa romper com a estrutura em um momento que um novo conceito de liberalismo esconde essa dualidade, ou seja, hoje o trabalhador também é dono, é quem decide, é ele mesmo empreendedor de si mesmo.

Mas sabemos que sem que essa lógica só se sustenta a partir do trabalho gratuito de reprodução da vida realizado pelas mulheres, são elas que criam os futuros trabalhadores, cuidam deles quando adoecem e se responsabilizam pelos cuidados quando envelhecem e não podem mais trabalhar, são as mulheres que alimentam o proletariado e lavam seus uniformes, são elas que perdem suas noites de sono para garantir um lar saudável física e emocionalmente e, por este motivo, são elas que choram por seus filhos mortos ou presos e lutam por seus territórios, que carregam tantas memórias afetivas e familiares.

É necessário e central refletir sobre o cenário no qual nos encontramos para pensar alternativas e resistências para o enfrentamento no próximo período. O nosso caminho de construção sempre foi a rua, marchando contra a violência, por autonomia e pela transformação estrutural da sociedade.

É preciso ressaltar a importância das mulheres na organização da própria esquerda no último período. O Fora Cunha, os atos contra o golpe de 2016, a grande mobilização do 8 de Março de 2018, denunciando a Reforma da Previdência, e, mais recentemente, os atos do #EleNão, como um grito importante para a organização da política no segundo turno.

Nós, mulheres que construímos o movimento estudantil pela Kizomba e nos organizamos na Marcha Mundial das Mulheres, refletimos como o debate educacional se insere neste período. Dentro das universidades, as pesquisas que tangem a vida das mulheres serão criminalizadas, enquanto outras que pautam a exploração dos nossos corpos e da natureza serão financiadas. A lei da mordaza é uma ameaça também a autonomia universitária tanto no ensino quanto nas pesquisas e extensão, sem contar no sonho cada vez mais distante de termos políticas de permanência efetivas para mães e pais, e na crise de cuidados que retira as mulheres da sala de aula e empurra de volta para o trabalho doméstico exclusivamente.

Devemos estar atentas para uma possível criminalização da organização de coletivos feministas e reivindicações caras a nossa construção, como acreditar na paridade nos

conselhos de deliberação universitária como elemento importante na democratização das universidades, a luta por creches, a denúncia da violência que organiza muitas das relações em instituições.

O 8º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE cumpriu um papel importante para organização da nossa resistência, levando o nome, a força e a memória de Marielle Franco, não só mobilizou as estudantes de todo o país para juntas pensarmos a universidade que queremos, mas como propondo debates da nossa atuação militante desde os centros acadêmicos até como debatemos o sistema público de saúde, a centralidade da discussão do aborto, da violência, da política e de uma educação emancipadora.

Organizamos resistências fundamentais no último período e é preciso reforçar e ampliar a nossa capacidade organizativa de formulação, de prática revolucionária e de proposição de alternativas. Passaremos, sim, por um período de retiradas ao que construímos, de ataques, de ampliação das desigualdades estruturais.

O feminismo é central na organização política nestes tempos dentro da universidade e cabe a nós não permitir que o discurso liberal pintado de lilás seja o que organize as mulheres, principalmente as mulheres da classe trabalhadora. No ambiente das redes, da mídia e da comunicação, o discurso em que se vende do empoderamento das mulheres não é o discurso que nos liberta, não é o discurso que organiza nossa prática enquanto coletivo de mulheres se movimentando para sermos livres.

Nas universidades e nas ruas, é preciso conectar nossas lutas, tendo em vista que é impossível ligar o capitalismo com qualquer forma de libertação em qualquer espaço e dimensão que seja. É, portanto, urgente e necessário resistir para viver e marchar para transformar. Convidamos a todas as mulheres a se somarem à luta pela emancipação coletiva, à resistência das mulheres negras e às construções das rurais. Convocamos todas à realizar em 2019 mais uma Marcha das Margaridas que seja marco de lutas como foi a 4 anos atrás. Se antes prometemos botar para fora o Eduardo Cunha, desta vez tiraremos o sono e os cargos de todo este governo misógino.

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

7) A centralidade da luta anti-racista na resistência aos avanços neoliberais

“O povo virá de cortiço, alagado e favela
mostrando a miséria sobre a passarela
sem a fantasia que sai no jornal
vai ser uma única escola, uma só bateria
quem vai ser jurado? Ninguém gostaria
que desfile assim não vai ter nada igual”

O dia em que o morro descer e não for carnaval – Wilson das Neves

O racismo é determinante da formação social brasileira e tem uma relação indissociável com a estruturação do capitalismo nacional e na América Latina. O racismo enquanto ideologia política de dominação das classes dominantes, teve papel central na conformação do estado nacional brasileiro e através de políticas públicas estatais, buscou-se

garantir a manutenção dos privilégios das oligarquias brancas e manter os negros, negras, indígenas, ciganos e povos originários na posição de dominados. A escravidão é central para compreender as dinâmicas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira, todavia o desenvolvimento do capitalismo brasileiro redefiniu o racismo ao longo do tempo e hoje ele se apresenta em novas gramáticas, operando sobre novos signos, ainda brutais e genocidas.

No contexto atual, onde a conjuntura é de avanço do neoliberalismo, que impõe sua agenda mais radical, visando a aniquilação de direitos trabalhistas, destruindo a rede de proteção social como a Previdência Social e o Sistema Único de Saúde, reduzindo os investimentos em educação pública com o estrangulamento financeiro das Universidades Públicas, é preciso levar à luz o papel do racismo enquanto ideologia estruturante do neoliberalismo.

No mundo todo, acompanhamos o avanço de direita ultra-radical, a eleição de Donald Trump no Estados Unidos, o Brexit no Reino Unido, a volta dos movimentos nazi-fascista na Alemanha e Itália, assim como a eleição do Bolsonaro no Brasil. Em comum, um discurso centrado em ideologias racistas, machistas, xenófobas e lgbtfóbicas. A crise migratória é fruto da ação perversa do imperialismo contra os países do sul global. A reivindicação da nacionalidade genuína, como estratégia de defesa dos interesses nacionais, indicando a existência de inimigos externos trazem em si um discurso racista contra outros povos.

Para eles, existe um grave problema para segurança nacional e é preciso proteger as nações dos inimigos externos e internos (Comunistas, feministas e, no caso do Brasil, o PT). Sejam os latinos nos EUA, os povos de África e Oriente Médio na Europa, são sujeitos perigosos e atacam as tradições e os empregos da população.

No Brasil, os inimigos, são os pobres, sujeitos perigosos. Os indígenas, quilombolas, MST e MTST que ocupam terras brasileiras, os favelados (em sua maioria negros), que vem sofrendo sistematicamente com as ações das forças de segurança. Os discursos e práticas se confundem, é preciso exterminar o inimigo que vem destruindo as tradições nacionais, “eles querem destruir a família”.

Nesse cenário é preciso buscar alternativas que visem a organização dos negros, negras, indígenas, ciganos, lgbts e mulheres, apresentando para a sociedade um projeto democrático e antagonico ao bolsonarismo. É necessário reconectar a esquerda política com o povo brasileiro, na sua diversidade, na pluralidade, que ao longo de toda a história produziu formas de organização e práticas, possibilitando formas de resistência ao capitalismo.

Os negros e negras, têm ao longo da história, de maneira isolada, buscado formas de contrapor o colonialismo capitalista. Todavia, os marcos de organização coletiva da esquerda sempre negou a história da luta negra no Brasil, partindo de concepções européias e estadunidenses sobre a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. É preciso reposicionar nosso olhar, reivindicando o papel dos quilombolas, negros e negras e indígenas, da solidariedade entre as mulheres, pois o levante destes que se encontram na base da pirâmide de exploração do capitalismo é a única forma de romper com as estruturas do capital.

Para avançar num projeto de sociedade mais justa e igualitária, precisamos mudar nossos marcos referenciais, sair de um centro branco, másculo e eurocêntrico, criador do

capitalismo, do racismo e que se estrutura no patriarcado, para referências negras, indígenas, latino americanas e feministas.

É preciso pensar um projeto de transformação sociedade que seja radicalmente antirracista.

8) Resistir por uma cultura educacional emancipadora e democrática

O Brasil é reconhecido internacionalmente por suas contribuições pautadas em uma pedagogia histórico-crítica, emancipadora e libertadora, sobretudo através das produções de pensadores da educação como Paulo Freire e Demerval Saviani, que inspiram estudantes, professores e professoras comprometidas com a superação da desigualdade em vários países do mundo. Apesar disso, o atual presidente está na contra-mão dessas contribuições ao colocar que a sua proposta para a educação é expurgar a pedagogia de Paulo Freire e o pensamento crítico das escolas e universidades brasileiras.

As ideias de Paulo Freire de emancipação e autonomia do oprimido quebram diretamente com o modelo hegemônico da educação. A partir da pedagogia freireana, uma série de educadores confrontam e criticam o modelo educacional brasileiro que histórica e culturalmente reforçam a desigualdade socioeconômica ao restringir a produção de conhecimento para as elites e perpetua o discurso de que a classe trabalhadora seria culturalmente inferior e deveria ser destinada a mão de obra precarizada. Infelizmente, esses modelos pedagógicos anti-democráticos ainda encontram espaço na sociedade brasileira. Por exemplo, a pedagogia tecnicista instaurada na ditadura militar, da técnica, disciplina e hierarquia, que não permitia e não dava espaço para o pensamento e debates críticos volta com toda força nos discursos conservadores. Atualmente, o governo Bolsonaro representa um enorme retrocesso na cultura educacional e na autonomia da forma de ensino ao resgatar e fazer menções aos modelos militares de educação numa tentativa de cercear o pensamento crítico e a busca pela autonomia e emancipação dos oprimidos. A escolha dos ministros Ricardo Vélez e Abraham Weintraub em seguida expressa bem a linha educacional do governo de aprofundar as desigualdades culturalmente enraizadas no Brasil por meio da educação.

Nesse sentido, é importante resgatarmos os modelos que quebram com a lógica que perpetua a classe trabalhadora fora da universidade. Como é o caso do Bacharelado Interdisciplinar (BI) que foi uma das políticas para mudança da cultura educacional brasileira propostas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, mais conhecido como Reuni, iniciado em 2008 no governo Lula e que teve como principal objetivo a expansão e permanência universitária. O BI contribui para quebra dos paradigmas burgueses do acesso à universidade quando propõem que o curso seja oferecido no turno da noite permitindo a democratização do acesso e uma formação crítica interdisciplinar também a trabalhadoras e trabalhadores. Fruto de um período onde a universidade tinha autonomia, também, nasceram iniciativas como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM (UFBA), e, também, fruto do Reuni, o curso de Gênero e Diversidade (UFBA) que promovem educação e cultura feminista. As declarações

da Ministra da Mulher da Família e dos Direitos Humanos do atual governo, Damares Alves, de que para as meninas está limitado o uso de roupas de cor rosa e aos meninos a cor azul, retrocedem as políticas afirmativas e críticas, reforçando uma cultura sexista e patriarcal na educação.

As experiências que possibilitam que a universidade seja um espaço de formação de pensamento crítico sofreram e sofrem duros ataques conservadores no último período. A disseminação de fake news, discursos de ódio, declarações ministeriais, a perseguição de professores, as ameaças de censurar pesquisas acadêmicas de cunho social e o contingenciamento de verbas impactam diretamente na autonomia universitária, produção científica e tecnológica e permanência estudantil, dificultando que a universidade cumpra o seu papel social na busca por uma sociedade mais igualitária.

O período que estamos passando exige resistência. É preciso que estudantes, professores e toda a classe trabalhadora lute pelo direito de nos expressarmos e de produzirmos conhecimento comprometido cultural e socialmente para um outro mundo possível. Devemos lutar por uma educação emancipadora e que permita ultrapassarmos os muros da universidade.

9) “Eu vou quebrar esse armário! Sou LGBT, sou revolucionário!”

O capitalismo se sustenta através dos pilares do patriarcado e do racismo, marginalizando e eliminando de suas estruturas todos e todas aqueles e aquelas que não se incorporam aos padrões de produtividade e reprodução estabelecidos pelo capital. As vidas LGBTs não fogem a essa regra. Somos a contramão dos padrões, e por isso, nos encontramos em um estado constante de vulnerabilidade social, pois não nos é reconhecido o direito a nossos corpos e nem a nossos afetos.

Por isso, precisamos romper com a lógica atual que impera no movimento LGBT: não existe verdadeira representatividade no capitalismo. Não nos interessa bandeiras arco-íris estampadas em produtos, espaços de sociabilidade pautados pelo mercado ou comerciais representando pessoas LGBT pelas mesmas empresas que se recusam a contratá-las. Precisamos ter a centralidade de que só conseguimos avanços significativos e emancipatórios através da luta socialista.

Nesse sentido, é preciso lembrar e nos orgulharmos das conquistas que os movimentos sociais alcançaram durante os 13 anos de governos do PT e que foram centrais para a luta socialista e LGBT no Brasil, como o programa Brasil sem Homofobia, o oferecimento pelo SUS de acompanhamento hormonal e cirúrgico integral para pessoas trans e travestis, e a I Conferência Nacional LGBT (a primeira do tipo na história), entendendo que essas medidas foram importantes passos mas não foram suficientes em garantir condições de vida e a construção de uma sociedade anti-LGBTfóbica: o Brasil ainda lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans e travestis.

A Kizomba entende que as lutas emancipatórias e socialistas perpassam as lutas da classe trabalhadora e também a luta e organização do movimento estudantil, cada vez mais de forma interligada, e não é diferente a nossa relação com as lutas LGBT. Assim, fomos

responsáveis pela fundação da diretoria LGBT da UNE e realizamos enquanto gestão, em 2015, o I primeiro encontro LGBT da UNE que ocorreu no Rio de Janeiro. Nossos DCEs, UEEs e entidades de base incorporaram também como central esse debate, tendo hoje um movimento estudantil protagonizado em diversos estados do país por LGBTs que entendem nossa luta como central à construção da nossa utopia de um mundo justo, sem opressões e explorações, sejam elas materiais, de gênero ou raça, mas também cognitiva, de identidade, performance e associação.

Acreditamos num mundo que rompa com essa lógica exploratória e conservadora que culminam no Brasil com a eleição de Bolsonaro. Os ataques do governo federal à nossas vidas, sejam por declarações do presidente, seus filhos, ou por sua ministra Damares, nada têm de cômicos ou de “cortina de fumaça“, mas representam nitidamente um projeto de governo neoliberal e fascista que visa a destruição de nossas vidas, nossas pautas e nossas lutas. Por isso, acreditamos na auto-organização LGBT como pilar central da construção do enfrentamento a esse sistema opressor e te convidamos a tornar o mundo e a política um espaço mais acolhedor e colorido!

10) Ecossocialismo

Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento

Há muito os povos indígenas vinham denunciando que as práticas capitalistas de lidar com o meio ambiente e os bens comuns culminariam na crise ambiental que hoje vivemos, fica cada vez mais nítida a insustentabilidade do atual modelo civilizatório. Esta cultura que ensina uma relação com a natureza no estilo “velho senhor feudal com suas posses”, como se ela e a terra também fosse mercadoria, que a ciência deve violentar e torturar até que libere seus segredos tem submetido o mundo inteiro a viver num ambiente insalubre e a se alimentar de venenos.

As grandes indústrias e latifúndios partem da tecnologização e mercantilização sem limites, usando da desculpa do desenvolvimento e do fim da fome, coíbem o direito à terra aos povos rurais e desenvolvem remédios e alimentos geneticamente modificados e cancerígenas, ignorando os saberes ancestrais dos povos das florestas e a importância da agricultura familiar para a garantia de uma soberania alimentar.

Não obstante aos efeitos da exploração e consumismo desenfreados que respingam em todo o mundo, é impossível não citar o racismo e a injustiça ambiental que a população de determinados territórios está submetida. Os crimes da Vale que resultaram nos recentes rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho são prova disso, 70% da população afetada é negra ou parda e a renda familiar média é inferior ao salário mínimo atual. Isto sem falar do questionamento do direito dos povos indígenas de demarcação de seus territórios, constantemente ameaçado pelo agronegócio, do ataque aos territórios quilombolas, até mesmo para a construção de uma base ao governo estadunidense e das desenfreadas tentativas de privatização dos recursos hídricos.

É urgente substituir a primazia do lucro pela centralidade da vida. Para isto, não nos serve pintar o capitalismo de verde, muito menos remendar o desmatamento com eucaliptos e

a poluição com créditos de carbono, é preciso construir outro sistema, fazer reforma agrária e tornar a agroecologia uma prática universal. A terra, a água, a natureza, a saúde e os alimentos não são mercadoria, são bens comuns de sustentação da vida.

11) Um Programa para o Brasil

"Ousar sonhar, ousar sorrir

Poesia nas ruas - daqui não vamos sair

Ser livre é participar, questionar, criar

Respirar, errar e tentar tudo outra vez

[...]

Tintas e pinceis não param pra pensar

A todos aqueles que ainda ousam sonhar

Aos que ainda ousam sonhar

Em mudar o mundo e poder gritar

Aos que ainda ousam sonhar

Em mudar o mundo e não mais voltar"

- *Aos que ainda ousam sonhar*, de FLICTS

Eu quero um país que não está no retrato

Nosso povo está calejado. A ameaça do desemprego, a inflação e o aumento dos preços de produtos essenciais, as condições massantes do transporte público, as relações precárias de trabalho, os altos aluguéis e a falta de moradia, as filas gigantes e a falta de médicos no SUS, o genocídio da juventude negra e o encarceramento em massa, a misoginia e a cultura do estupro, a LGBTfobia e a tentativa de tentar curar o que não é doença oprimem nosso povo todos os dias. Sente-se por todas as ruas o desconforto e, mesmo que velada, a indignação de nosso povo para com os descasos.

Se em 2018 a maioria decidiu por eleger Jair Bolsonaro acreditando estar fazendo o melhor para o país, hoje esta maioria se vê enganada e sem resposta alguma para os problemas que enfrenta. Jair Bolsonaro foi eleito sem apresentar seu plano de ações, mas com todo um projeto de desmonte de tudo que é público escondido por sua trama de notícias falsas. Que não restem dúvidas: o governo Bolsonaro é incapaz de apresentar qualquer tipo de solução às muitas dificuldades que enfrentamos diariamente e fará de tudo para destruir todas as conquistas que tivemos durante os governos populares.

Para colocá-lo no poder e levar a cabo seu projeto ultraliberal, as elites do centro do capitalismo desferiram um duro golpe em nossa democracia, depondo uma presidenta legitimamente eleita e fazendo da Operação Lava Jato uma verdadeira inquisição para prender a maior liderança popular deste país e líder nas pesquisas eleitorais. As conversas do então juiz Sérgio Moro, hoje ministro e peça central do desgoverno, divulgadas pelo The Intercept, confirmam mais uma etapa da ruptura democrática promovida inconsequentemente pelas elites. Não podemos nos enganar, o Brasil não está na normalidade democrática. Somos muitos, reféns de poucos.

Se hoje nos vemos sem saída, nós mesmos teremos que criá-la. Não há outra via senão que tomemos as rédeas de nosso próprio destino. Devemos ecoar o chamado para que

todo o povo brasileiro, que tanto sofre, saiba que fomos usurpados e empenhe-se na luta pela retomada democrática para aprofundar nossa democracia e estabelecer um regime de verdadeiro poder popular.

*“Aqui dentro, uns lutam pra dormir,
outros, pra acordar.*

*Uns achando que a vida
é preparação pra morte.*

*Outros, que a morte
é o motor da vida.*

Outros não acham nada.

Sobrevivem.

Os meus botões pensam:

morte em vida é que é problema.”

- **Trens Urbanos**, de Ruy Proença

Neste momento de instabilidade que põe em evidência as contradições do governo, devemos nos empenhar incansavelmente na denúncia da ruptura democrática que sofremos, alertando a cada um e cada uma dos perigos do projeto ultraliberal levado a cabo por Bolsonaro e as elites que o dirigem. É preciso convencer as pessoas que ainda não foram convencidas a somarem na luta contra os desmontes e pela ampliação dos direitos.

Tal tarefa também perpassa a construção de uma ampla **Frente Popular e Democrática**, que congregue em si o maior número possível de forças políticas da oposição, tenha sua organização pautada por processos amplamente participativos e democráticos e acolha a todos e todas que queiram retomar nossa democracia. Esta frente deverá cumprir o papel de politizar e organizar as massas, de maneira que, democraticamente, apresente as formulações que a compõe, cabendo a cada indivíduo sua própria identificação, e se coloque diretamente contra os interesses do capital, fator que deve ser o denominador comum da frente.

Lutar, criar, poder popular!

Caberá à **Frente Popular e Democrática** derrotar o governo Bolsonaro, o que só será possível com muita luta feita por gente bem politizada. A Frente deverá conduzir este processo e formular e apresentar uma alternativa comprometida com um programa de avanço de direitos e radicalização da democracia.

“Radicalizar nossa democracia” deve ser entendido pela retomada etimológica da “democracia”. Perpassará a reforma do sistema político e do próprio Estado brasileiro para tirar a tomada de decisões dos poucos e entregá-la aos muitos. Para ser verdadeiramente democrático, nosso sistema político deverá incluir e ser dialético para com todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção, vantagem ou desvantagem.

Sabemos que as experiências de planejamento e gestão participativa que tivemos a nível municipal desde a redemocratização tiveram saldo positivo. É possível repetir tais experiências aperfeiçoando-as, ampliando-as e colocando nas mãos das pessoas a tomada das decisões que dizem respeito a elas mesmas. Torna-se fundamental, neste sentido, dar as

condições necessárias para que todos possam tomar parte na política, sendo imprescindível que tenhamos uma educação humanizadora e cidadã.

Um outro Brasil é possível. Onde trabalharemos coletivamente para sanar nossas necessidades. Onde cada um colaborará de acordo com suas capacidades e receberá de acordo com suas necessidades. Onde não haverá mais desigualdades, tampouco exploração. Onde todos terão acesso à educação, saúde, transporte, trabalho e à uma vida digna. Cabe a nós construir da nossa luta esse país!